PORTARIA Nº 049/2023 - GAB.SEC/SEGUP

O Sr. CLAUDIO LUCIANO MONTEIRO DE OLIVEIRA, Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, em exercício, no uso de suas atribuições conferidas em lei;

CONSIDERANDO o término da vigência da Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 8.666 de 21 de junho de 1993, bem como o período estabelecido para transição entre os regulamentos;

CONSIDERANDO a necessidade de instituição de Política de Gestão de Riscos Contratuais de acordo com a Lei Federal no 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito desta Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Política de Governança de Contratações da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social.

CAPÍTULO I**DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES****Seção I****Dos princípios**

Art. 2º São princípios que regem a governança de contratações desta Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, além daqueles previstos nos atos normativos vinculantes:

I - confiabilidade: capacidade das instituições de minimizar as incertezas para os cidadãos;

II - eficiência: ato de gerir recursos e obter resultados com qualidade adequada ao menor custo possível, primando pela melhor relação entre serviço e gasto;

III - equidade: tratamento justo a todas as partes interessadas, considerando seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas;

IV - integridade: princípio que confere capacidade à organização de prevenir e de mitigar desvios éticos, fraudes e corrupção na tomada de decisões e nos processos de trabalho, a fim de garantir a entrega dos resultados esperados pela sociedade;

V - legitimidade: garantia, além da conformidade legal, de que os atos administrativos estejam adequados, em sua substância, aos princípios gerais que devem nortear a Administração e vinculados ao bem comum e aos interesses fundamentais da sociedade;

VI - prestação de contas e responsabilidade (accountability): obrigação que têm as pessoas ou entidades às quais se tenha confiado recursos, de assumir as responsabilidades de ordem fiscal, gerencial e programática que lhes foram conferidas e de informar o cumprimento a quem lhes delegou essas responsabilidades;

VII - responsabilidade: zelo pela sustentabilidade da instituição, visando sua longevidade;

VIII - transparência: divulgação proativa de informações de interesse público relativas à instituição, sempre que possível, independentemente de requerimento.

Seção II**Das diretrizes**

Art. 3º Na governança e na gestão de contratações desta Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

I - alinhamento das contratações às diretrizes dos órgãos de governança superior, às leis orçamentárias e à gestão estratégica do SIEDS - Sistema de Segurança Pública e Defesa Social, com seus respectivos riscos gerenciados;

II - promoção do processo licitatório transparente, com conformidade legal e qualidade regulatória;

III - fomento de ambiente íntegro e confiável, com incorporação de padrões elevados de conduta ética no comportamento de todos os servidores que atuam na governança e na gestão das contratações;

IV - comunicação aberta, voluntária e transparente dos procedimentos e dos resultados das contratações, de maneira a fortalecer o controle ativo e o acesso à informação;

V - alinhamento aos demais mecanismos de governança desta Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social;

VI - consumo consciente e racional dos recursos públicos;

VII - promoção da meritocracia e da profissionalização dos agentes públicos ocupantes das funções essenciais das contratações;

VIII - cooperação entre as unidades de governança e de gestão para o aprimoramento do planejamento e da gestão das contratações;

IX - integração de serviços e modernização da gestão, por meio da disponibilização dos recursos, inclusive estrutura física e tecnológica, necessários à execução eficiente das contratações;

X - autonomia do Núcleo de Controle Interno;

XI - disseminação da gestão de riscos nas contratações e aperfeiçoamento dos controles internos;

XII - aprimoramento da interação com o mercado fornecedor, como forma de promover a inovação e de prospectar soluções que maximizem a efetividade da contratação;

XIII - fomento à competitividade nos certames, diminuindo a barreira de entrada a fornecedores em potencial;

XIV - fomento às compras compartilhadas visando à economia em escala;

CAPÍTULO II**DA GOVERNANÇA DE CONTRATAÇÕES**

Art. 4º A governança de contratações consiste no conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão das contratações públicas, objetivando que as aquisições agreguem valor às atividades desta Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, com riscos aceitáveis.

Parágrafo único. A governança de contratações compreende a estrutura de governança, o fluxo de informações, os processos de trabalho e as atividades relacionadas à avaliação, direcionamento e monitoramento da gestão de contratações.

Art. 5º A governança de contratações é desdobramento da governança institucional e deve orientar a implementação e a consolidação das práticas organizacionais que garantam a minimização dos riscos, a ampliação do desempenho, a utilização eficiente de recursos, a tomada de decisões, o cumprimento dos papéis e das responsabilidades e a transparência das ações e de seus resultados nas contratações.

Parágrafo único. A governança de contratações deve manter suas práticas organizacionais orientadas ao efetivo desdobramento da governança institucional e ao atendimento da estratégia do SIEDS.

Seção I**Das funções da governança de contratações**

Art. 6º São funções da governança de contratações desta Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social:

I - implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e de controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de alcançar os objetivos estabelecidos no art. 11 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021;

II - promover um ambiente íntegro e confiável;

III - assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias;

IV - promover a eficiência, a efetividade e a eficácia das contratações;

V - promover a transparência e a sustentabilidade, incluindo aspectos de acessibilidade e de inclusão;

VI - assegurar que as diretrizes dos órgãos de governança superior e da política instituída por esta Portaria sejam preservadas.

Seção II**Da estrutura da governança de contratações**

Art. 7º São instâncias internas da governança de contratações:

I - Gabinete do Secretário Adjunta de Gestão Administrativa;

II - Secretaria Adjunta de Gestão Administrativa;

III - Coordenadoria de Contratos;

IV - Coordenadoria de Convênios;

Parágrafo único. Observadas suas atribuições regimentais e as definidas em atos normativos próprios, as instâncias internas de governança exercem funções relativas à definição e à avaliação da estratégia e das políticas de gestão de contratações, bem como as relativas ao monitoramento da conformidade e do desempenho das ações de gestão de contratações, devendo agir nos casos em que desvios forem identificados.

Art. 8º São instâncias internas de apoio à governança de contratações:

I - Coordenação do Núcleo de Licitações;

II - Consultoria Jurídica;

III - Núcleo de Controle Interno;

IV - Diretoria de Planejamento e Monitoramento;

V - Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira;

VI - Diretoria Administrativa e Financeira;

VII - Coordenação de Recursos Logísticos;

Parágrafo único. Observadas suas atribuições regimentais e as definidas em atos normativos próprios, as instâncias internas de apoio à governança exercem funções relativas à comunicação e à integração entre partes interessadas internas e externas à Administração, bem como as relativas à avaliação e ao monitoramento dos riscos e controles internos das contratações, inclusive de legalidade, comunicando quaisquer disfunções identificadas.

Art. 9º São instâncias externas da governança de contratações, responsáveis pela fiscalização, controle, regulação e regulamentação das contratações:

I - Tribunal de Contas do Estado do Pará;

II - Procuradoria Geral do Estado do Pará;

Seção III**Dos colegiados da governança de contratações**

Art. 10. A governança de contratações é coordenada pela Secretaria Adjunta de Gestão Administrativa.

Art. 11. A Secretaria Adjunta de Gestão Administrativa pode deliberar pela criação de grupos de trabalho, com o objetivo de tratar sobre matérias específicas relacionadas à gestão de contratações.

Seção IV**Dos instrumentos**

Art. 12. São instrumentos da governança de contratações, a serem regulamentados em ato normativo próprio:

I - Plano de Logística Sustentável;

II - Plano Anual de Contratações;

III - Plano Anual de Capacitação;

IV - Plano de Tratamento de Riscos do Macroprocesso de Contratações.

• 1º Os instrumentos de governança previstos nos incisos I, II e III deste artigo devem estar sistematizados e alinhados entre si, bem como com os demais planos diretores instituídos em atos normativos específicos.

CAPÍTULO III**DAS RESPONSABILIDADES**

Art. 13. São responsabilidades da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, exercidas prioritariamente pelo Secretário, com o auxílio das estruturas de apoio à governança de contratações, sem prejuízo de suas atribuições regimentais:

I - estabelecer e manter atualizada a política de governança de contratações;

II - prover os mecanismos e estruturas de governança com vistas ao direcionamento, monitoramento e controle da gestão de contratações;

III - promover a integridade no ambiente da governança e da gestão de contratações;

IV - promover a sustentabilidade das contratações;

V - estabelecer em atos normativos internos competências, atribuições e responsabilidades da gestão de contratações;

VI - estabelecer a política de delegação de competências nas contratações, quando pertinente;